

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)			
ATIVO	2016	2015	01/01/2015
		(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante	19.397.658	20.599.842	22.446.841
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8.a)	1.952.646	1.393.089	777.409
Títulos e valores mobiliários (nota 8.b)	16.849.798	17.108.606	13.366.806
Contas a receber	245.856	384.915	191.583
Outras contas a receber - partes relacionadas (nota 12.a)	-	1.464.620	7.741.327
Despesas antecipadas	53.218	21.121	21.618
Outras contas a receber	-	-	348.098
Não circulante	18.891.003	19.619.296	19.027.971
Investimentos	1.301	125.234	100.000
Propriedade para investimento (nota 9)	15.102.347	15.893.615	15.516.994
Imobilizável (nota 10)	3.784.191	3.592.430	3.405.035
Intangível	3.164	8.017	5.942
Total do ativo	38.288.661	40.219.138	41.474.812
PASSIVO	2016	2015	01/01/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante	2.499.316	2.258.541	1.369.180
Fornecedores	966.596	1.096.791	107.493
Emprestimos com partes relacionadas (nota 12.a)	968.347	955.503	956.812
Obrigações tributárias e trabalhistas	427.639	139.909	243.508
Outras contas a pagar	136.734	66.338	61.367
Patrimônio Líquido (nota 13)	2.499.316	2.258.541	1.369.180
Patrimônio social	22.844.444	24.241.269	17.518.033
Ajuste de avaliação patrimonial	14.367.947	15.116.153	15.864.363
Reserva de superávit acumulado	(1.423.046)	(1.396.825)	6.723.236
Total do passivo e patrimônio líquido	38.288.661	40.219.138	41.474.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia de Jesus - Jesuitas ("Entidade") é uma entidade constituída na forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, domiciliada no Brasil, com autonomia administrativa e funcional, com duração por prazo indeterminado declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 895 - publicado no DOU em 13 de abril de 1962 e de Utilidade Pública Estadual - Rio de Janeiro, conforme Decreto nº 179/75 - Processo nº 00/11.234/92 - Resolução SEASDH nº 267 - 23/08/2010, constituída inicialmente sob a denominação de ALOISIANUM, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 26 de setembro de 1940, com sua personalidade jurídica averbada em 06 de outubro de 1959, cujos atos constitutivos encontram-se registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro. A Entidade é constituída por 17 residências que tem por objetivo promover e desenvolver as atividades de natureza vocacional e apostólica da "Companhia de Jesus", pautadas na valorização da educação moral e religiosa de acordo com os valores evangélicos e postulados da Religião Católica, Apostólica Romana.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 30 de maio de 2017.

3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 6c** - Depreciação da propriedade para investimento. **• Nota explicativa nº 6(ii)** - Depreciação do ativo imobilizado. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 17** - Instrumentos financeiros.

6. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual, a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seu valor justo de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial são reconhecidos no resultado como incorridos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Emprestimo e recebíveis:*** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade. A Entidade adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seu fluxo financeiro, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*. **b. Contas a receber:** São apresentadas ao valor presente de realização, basicamente representam aluguéis e contribuições. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos. **c. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou

Balanco Patrimonial

	01/01/2015	Ajustes	01/01/2015	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa equivalente de caixa (b)	14.144.215	(13.366.806)	777.409	18.501.695	(17.108.606)	1.393.089
Títulos e valores mobiliários (b)	-	13.366.806	-	-	17.108.606	17.108.606
Outras contas a receber de partes relacionadas (c)	7.741.327	-	13.366.806	558.148	906.472	1.464.620
Outros ativos circulantes	561.299	-	561.299	633.527	-	633.527
	22.446.841	-	22.446.841	19.693.370	906.472	20.599.842
Não circulante						
Propriedade para investimentos (a)	-	15.516.994	15.516.994	-	15.893.615	15.893.615
Imobilizado (a)	18.922.029	(15.516.994)	3.405.035	19.486.045	(15.893.615)	3.592.430
Outros ativos não circulante	105.942	-	105.942	108.017	-	133.251
	19.027.971	-	19.027.971	19.594.063	-	25.234
	41.474.812	-	41.474.812	39.287.433	931.706	40.219.138
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	1.369.180	-	1.369.180	2.258.541	-	2.258.541
Emprestimos com partes relacionadas	1.369.180	-	1.369.180	2.258.541	-	2.258.541
Patrimônio líquido (c)	40.105.632	-	40.105.632	37.028.892	931.706	37.960.597
	41.474.812	-	41.474.812	39.287.433	931.706	40.219.138

Demonstrações de resultados

	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Receitas operacionais (c)	7.130.536	-	7.130.536
Custos e despesas operacionais	(11.860.723)	25.234	(11.835.489)
Resultado financeiro	1.653.446	906.472	2.559.918
Déficit do exercício	(3.076.741)	931.706	(2.145.035)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Déficit do exercício (c)	(3.076.741)	931.706	(2.145.035)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente	(3.076.741)	931.706	(2.145.035)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Saldo em 01 de janeiro de 2015	40.105.632	-	40.105.632
Déficit do exercício (c)	(3.076.741)	931.706	(2.145.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.028.892	931.706	37.960.597

JONAS CARVALHO DE MORAES - Diretor Presidente. FIDEL GARCIA RODRIGUEZ - Diretor Administrativo. OMAR SILVA DE ALMEIDA BATISTA - Contador CRC - SP-185.024/O-0

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)			
	2016	2015	
	(reapresentado)	(reapresentado)	
Receitas operacionais			
Receita com aluguel	775.605	774.332	
Receita com doações	5.995.660	6.351.255	
Receitas com trabalho voluntário (Nota 7)	165.000	-	
Outras Receitas	122.471	4.949	
Total	7.058.736	7.130.536	
Despesas operacionais e administrativas			
Despesas gerais e administrativas (nota 14)	(11.703.727)	(11.839.530)	
Despesas comerciais	(5.913)	(2.193)	
Despesas com trabalho voluntário (nota 7)	(165.000)	-	
Outras receitas operacionais e administrativas	111.424	25.234	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(4.704.480)	(4.704.953)	
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	2.563.102	3.161.659	
Despesas financeiras	(29.874)	(601.741)	
Receita financeira, líquida (nota 15)	2.533.228	2.559.918	
Déficit do exercício	(2.171.252)	(2.145.035)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas que variam de 10% a.a. (10 anos) a 2,5% a.a. (40 anos) de acordo a avaliação patrimonial realizada para os respectivos imóveis. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Anualmente, a Entidade, com o auxílio de seus especialistas, mensuram o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. **(ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edificações	20 - 40 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. As receitas com doações são provenientes substancialmente de doações de pessoas físicas que apoiam a forma voluntária os trabalhos religiosos desenvolvidos nas residências e são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações à essas doações são cumpridas pela Entidade. **h. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Entidade adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seu fluxo financeiro, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias, cobradas pelas instituições financeiras. **i. Normas e interpretações não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdidas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdidas incorridas. O IFRS 9 abandona as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers: IFRS 15 - "Receita de contrato com cliente"** estabelece novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços e extensas divulgações um modelo de cinco etapas que se aplicam à receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em 01º de janeiro de 2018. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **J. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de liquidez - Risco de mercado.** A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **k. Apresentação dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 28 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 28 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para refletir os ajustes demonstrados a seguir: (a) Reclassificação dos imóveis destinados a renda e valorização do capital de imobilizado para propriedade para investimento, nos montantes de R\$ 15.516.994 em 1º de janeiro de 2015 e R\$ 15.893.615 em 31 de dezembro de 2015; (b) Reclassificação de aplicações financeiras que não visam atender compromissos de curto prazo classificados como caixa e equivalentes de caixa para títulos e valores mobiliários, nos montantes de R\$ 13.366.806 em 1º de janeiro de 2015 e R\$ 17.108.606 em 31 de dezembro de 2015; (c) Ajustes dos saldos de outras contas a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 906.472 em 31 de dezembro de 2015. Esta representação do valor correspondente não impacta o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2015.

	2016	2015
	(reapresentado)	(reapresentado)
Caixas e bancos	1.687.196	1.308.523
Aplicações financeiras	265.540	84.566
Total	1.952.646	1.393.089

As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários- CDBs, remuneradas a taxas que variam entre 86,77% e 100% (90% e 100% em 2015) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras. **b. Títulos e valores mobiliários**

	2016	2015
	(reapresentado)	(reapresentado)
CDB - renda fixa	86,77% a 100% do CDI	16.849.798
		17.108.606
Total	16.849.798	17.108.606

9. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento, da Entidade, são contabilizadas ao custo, conforme apresentado a seguir:

	Saldo em 31/12/2015 (reapresentado)	Adições	Saldo em 31/12/2016
Terenos	8.450.000	-	8.450.000
Edificações	12.020.000	-	12.020.000
Total do custo	20.470.000	-	20.470.000
Edificações	(4.576.385)	(791.268)	(5.367.653)
Total da depreciação	(4.576.385)	(791.268)	(5.367.653)
Total	15.893.615	(791.268)	15.102.347

	Saldo em 01/01/2015 (reapresentado)	Adições	Saldo em 31/12/2015 (reapresentado)
Terenos	8.220.000	230.000	8.450.000
Edificações	11.100.000	920.000	12.020.000
Total custo	19.320.000	1.150.000	20.470.000
Edificações	(3.803.006)	(773.379)	(4.576.385)
Total depreciação	(3.803.006)	(773.379)	(4.576.385)
Total	15.516.994	376.621	15.893.615

Propriedades para investimento, incluem os terrenos e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Os imóveis arrendados a terceiros, são por período não cancelável de 30 meses, com